

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.088 - DF (2019/0186233-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
EMBARGANTE : GILBERTO MONTEIRO
ADVOGADO : LEONARDO DA COSTA - DF039232
EMBARGADO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
EMBARGADO : UNIÃO
ADVOGADO : NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA - MA003699

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **GILBERTO MONTEIRO** contra decisão mediante a qual não foi conhecido o recurso especial.

Sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão (art. 1.022, I, do CPC), porquanto não analisada a necessidade de sobrestamento do feito.

Impugnação às fls. 644/645e.

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a Embargante que há omissão, nos termos do art. 1.022, I, do Código de Processo Civil.

Verifico que a controvérsia objeto do presente recurso guarda relação com o Tema Repetitivo n. 1.023 desta Corte – “Determinação do termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento de ação em que se busca reparação de dano moral resultante da exposição de servidor público à substância dicloro-difenil-tricloroetano - DDT” (Recursos Especiais n. 1.809.209/DF, n. 1.809.204/DF e n. 1.809.043/DF), no qual foi determinada a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do Código de Processo Civil, consoante os fundamentos estampados na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE

AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXPOSIÇÃO AO AGENTE NOCIVO DICLORO-DIFENIL-TRICLOROETANO - DDT. OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANO MORAL. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO AFETADO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

1. Delimitação da tese: determinação do termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento de ação em que se busca reparação de dano moral resultante da exposição de servidor público à substância dicloro-difenil-tricloroetano - DDT.

2. Submissão do presente recurso especial a julgamento na sistemática dos recursos representativos da controvérsia pela Primeira Seção do STJ, juntamente com o REsp n. 1.809.204/DF e REsp n. 1.809.043/DF, nos termos do art. 1.036, §§ 1º e 5º, do CPC/2015.

(ProAfR no REsp 1.809.209/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/09/2019, DJe 04/10/2019).

Sublinhe-se que, conquanto a atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios somente possa ocorrer quando o saneamento do vício de integração implicar alteração do resultado do julgamento (v.g.: EDcl no AgRg no REsp 1.431.107/RS, 2ª T., Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 15.08.2014; EDcl no AgRg no AREsp 473.636/DF, 3ª T., Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe 18.08.2014; EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1.378.599/SP, 1ª T., Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 01.07.2014), em atenção ao princípio da segurança jurídica, deve-se reconhecer a possibilidade de os efeitos infringentes serem-lhe atribuídos, mesmo na ausência de qualquer das hipóteses do art. 1.022 do CPC, quando a decisão embargada mostrar-se conflitante com entendimento firmado por esta Corte de Justiça, na sistemática dos recursos especiais repetitivos, bem como quando divergente de orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal em recurso com repercussão geral ou sedimentada em Súmula Vinculante.

Nesse sentido:

TARIFA DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE TRATAMENTO SANITÁRIO. Embargos de declaração opostos a acórdão que, supervenientemente, se revelou conflitante com a jurisprudência consolidada em julgamento realizado no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil (REsp nº 1.339.313). Hipótese em que se

justifica a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, não obstante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição no julgado. Analogia com o juízo de retratação previsto no art. 543-C, § 7º, II, do Código de Processo Civil. Embargos de declaração acolhidos para dar provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgRg no AREsp 20.565/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 27/02/2014).

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ISSQN SOBRE OPERAÇÃO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MUNICÍPIO COMPETENTE. CONTROVÉRSIA DECIDIDA PELA PRIMEIRA SEÇÃO NO RESP 1.060.210/SC, SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC. ATRIBUIÇÃO DE EXCEPCIONAIS EFEITOS INFRINGENTES.

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.060.210/SC, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 08/2008, firmou a orientação no sentido de que: "(b) o sujeito ativo da relação tributária, na vigência do DL 406/68, é o Município da sede do estabelecimento prestador (art. 12); (c) a partir da LC 116/03, é aquele onde o serviço é efetivamente prestado, onde a relação é perfectibilizada, assim entendido o local onde se comprova haver unidade econômica ou profissional da instituição financeira com poderes decisórios suficientes à concessão e aprovação do financiamento - núcleo da operação de leasing financeiro e fato gerador do tributo".

2. De acordo com essa nova orientação, em se tratando de ISS especificamente sobre as operações de arrendamento mercantil, irrelevante tenham sido referidas operações realizadas na vigência do DL n. 406/68 ou da LC n. 106/2003, pois em qualquer hipótese "o Município do local onde sediado o estabelecimento prestador é o competente para a cobrança do ISS sobre operações de arrendamento mercantil", pois é nele (estabelecimento) em que o núcleo da operação de arrendamento mercantil, o serviço em si, que completa a relação jurídica, ocorre, qual seja a "decisão sobre a concessão, a efetiva aprovação do financiamento".

3. No caso dos autos, ficou incontroverso que as embargantes não possuíam, à época dos fatos, estabelecimento prestador no Município de Brusque, situação que autoriza o reconhecimento da inexistência de capacidade tributária ativa deste ente municipal para cobrar o ISS sobre os fatos geradores em questão.

4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.360.014/SC, Relator p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 24/06/2014).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **ACOLHO** os Embargos de Declaração, e **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação dos acórdãos dos Recursos Especiais acima identificados, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

